
Teacher training courses at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of São Paulo (IFSP): dropout rates

Cursos de formação de professores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP): índices de evasão

Received: 2023-09-10 | Accepted: 2023-10-20 | Published: 2023-10-28

Ana Paula Faustino-Ferber

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3311-9943>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Universidade Cidade de São Paulo – (UNICID), Brasil

E-mail: anapfaustino@gmail.com

Angela Maria Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1267-8869>

Funcadção Carlos Chagas (FCC) – Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), Brasil

E-mail: ange.martins@uol.com.br

ABSTRACT

The objective of the study is to discuss dropout rates from the teacher training course at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP), a free public education institution maintained by the federal government, which offers technical courses at higher level. The data and analysis were obtained from the Nilo Peçanha Platform (PNP) from 2017 to 2021. The methodology is exploratory and quantitative research. As result, there was a reduction in the dropout rate during this period, possibly due to institutional actions and student assistance offered during the period, including the Covid-19 pandemic period.

Keywords: School Dropout; Dropout Rates; Degrees; Teacher Training.

RESUMO

O objetivo do estudo é discutir os índices de evasão do curso de formação de professores, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), instituição de educação pública e gratuita, mantida pelo governo federal, que oferece cursos de nível técnico ao nível superior. Os dados e análise foram obtidos a partir na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) de 2017 até 2021. A metodologia é de uma pesquisa exploratória e quantitativa. Como resultado foi observado uma redução na taxa de evasão neste período, possivelmente por conta das ações institucionais e a assistência estudantil oferecida no período, incluindo o período pandêmico de Covid-19.

Palavras-chave: Evasão; Abandono Escolar; Licenciaturas; Formação de Professores; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Desde 2011 governo federal buscou medidas que pudessem conter a evasão nos Institutos Federais. O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou e apresentou um relatório de auditoria no qual o referido instituto constou como uma das instituições que não possuía uma avaliação sistematizada dos cursos, com alto número de evadidos: “no segundo semestre de 2011 começou a funcionar o Programa de Assistência Estudantil (PAE) em todos os campi do IFSP como uma das medidas do Projeto de Contenção de Evasão” (TCU, 2012, p. 106).

Em 2014, o Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publicou o Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal. Em continuidade à proposta de estudo e contenção da evasão, no primeiro semestre de 2017, foram formadas as Subcomissões de Permanência e Êxito para “sistematizar os subsídios para planejamento e acompanhamento das ações de permanência e êxito dos estudantes, colaborando com o Plano Estratégico Institucional para enfrentamento da retenção e evasão” (IFSP, 2017b). Estas Subcomissões ainda não apresentaram os trabalhos desenvolvidos.

Um estudo desenvolvido por Gatti et al. (2019, p. 151), ao analisar dados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) de 2014, indica que “as respostas sobre a escolha da licenciatura parecem aludir, sobretudo, à escolha da docência: ‘porque acredito ser essa a minha vocação!’, obtendo o maior número de repostas. Em relação ao capital cultural, Gatti et al. (2019, p. 148) destaca o baixo nível de escolarização dos familiares daqueles que estudam para se tornar professor. Segundo a autora, no início dos anos 2000 somente 30% dos estudantes eram os primeiros de suas famílias a concluir o ensino médio e pouco mais de 10% conseguiam fazer um curso superior.

Para Zago, Pereira e Paixão (2015, p. 3) desde a sua origem, o ensino superior esteve reservado a uma pequena parcela da população. A expansão que ocorreu a partir dos anos 1990 ocorreu, em sua maior parte, em instituições privadas e com capital internacional, articulado com capital nacional, “fomentando a oligopolização do sistema (fusão de grupos empresariais que criam grandes redes)”.

Partindo dessas premissas, este artigo tem como propósito analisar dados dos cursos de Pedagogia no IFSP, disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha de 2017 a 2021.

No que se refere à metodologia, partiu-se do pressuposto que a análise de dados e de documentos como fontes relevantes de investigações é de suma importância para amparar as questões propostas e/ou as hipóteses e aportes teóricos elaborados em estudos no campo da educação (Menga, André, 1986).

Ademais, dados estatísticos e documentos constituem também uma fonte relevante que propiciam o apontamento de evidências para fundamentar afirmações e declarações do

pesquisador, pois representam uma fonte "natural" de informação, em contextos sociais, históricos e políticos determinados.

Os dados quantitativos, referentes à evasão nos cursos de Pedagogia, foram obtidos por meio da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de natureza exploratória e quantitativa. Assim, segundo Gil (2002, p. 41), “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A análise documental foi utilizada para o levantamento de estudos que tratam sobre a evasão, legislação, regulamentos e normas dos cursos de formações de professores no Brasil e, em especial, no IFSP. Os dados quantitativos, referentes à evasão nos cursos de formação de professores no IFSP, foram obtidos por meio de dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que possui dados da Rede Federal Tecnológica, de 2017 até 2021 (Brasil, 2022).

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisa deve ser valorizado. Os autores afirmam que a pesquisa documental permite utilizar métodos e técnicas como procedimento para compreensão e análise de documentos diversos.

Até os dias atuais, muitos professores lecionam sem ter formação didático-pedagógica em nível superior. De acordo com o primeiro Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Física, além da necessidade de atendimento à LDB, as secretarias de educação de diversos estados do Brasil, inclusive de São Paulo, destacaram que havia uma grande carência de professores qualificados para lecionar Física, Química e Matemática (CEFET, 2005, p. 14).

De acordo com dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Básica, divulgados pelo INEP e em 2019, a educação básica brasileira possuía 2,2 milhões de docentes, sendo a maior parte professores do ensino fundamental, totalizando 1.383.833, que corresponde a 62,6% (INEP, 2020, p. 49).

Considerando as diferenças regionais, nos anos iniciais do ensino fundamental, as Regiões Centro-Oeste, Sudeste (exceto Rio de Janeiro) e Sul apresentam mais docentes com formações adequadas para as disciplinas que lecionam. A maior diferença está no número de docentes sem formação adequada para os anos finais do ensino fundamental, com maior concentração nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (INEP, 2020, p. 51-54).

Para o ensino médio, as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam piores indicadores, com menores percentuais nos estados de Mato Grosso, Bahia e Tocantins (INEP, 2020, p. 51-54).

Em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), vigente de 2014 a 2024, dentre as 20 metas e estratégias, a Meta 15 busca garantir que todos os professores e as professoras da

educação básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014).

Quanto aos cursos de formação de professores no IFSP e taxas de evasão nos últimos cinco anos, para todos os cursos de licenciatura a taxa mostrou os seguintes resultados:

Em 2017, os cursos que apresentavam maiores índices de evasão eram Física, Química, Matemática, Letras e Pedagogia. Os três cursos com maiores índices de evasão neste período foram aqueles que justificaram o oferecimento de licenciatura na Rede Federal.

A revisão bibliográfica com busca por trabalhos relacionados a esta pesquisa, para tentarmos compreender possíveis motivos de evasão no IFSP, foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 30 de setembro de 2023, com os descritores “evasão” AND “ifsp”. A busca teve retorno de 16 trabalhos, destes analisamos 4 (quatro) que estão relacionados ao tema.

Procurando localizar mais trabalhos que tratassem sobre o assunto, realizamos a mesma busca na base de dados Scielo com os mesmos descritores “evasão” AND “ifsp”, mas não foram encontrados trabalhos.

OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deriva de uma série de fatores históricos que modificou por diversas vezes o nome da instituição, mas sempre com a intenção de preparo para o mundo do trabalho.

De acordo com Caldas (2011, p. 38) o CEFET recebeu a atribuição de oferecer cursos de licenciatura para as disciplinas da área científica da educação básica, contribuindo com os cursos de formação especial, esquemas I e II, de acordo com a lei de criação dos Cefets em 1978.

Art 2º - Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm os seguintes objetivos: I - ministrar ensino em grau superior: a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos; b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos; (Brasil, 1978).

Em 1993, por meio da Lei nº 8.711, este parágrafo é alterado e o item b passa para a seguinte redação: “b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;” (Brasil, 1993).

A formação de professores nos Centros Federais e mais tarde nos Institutos Federais sempre ocorreu por necessidade de suprir uma carência de professores para a educação básica e para a própria educação tecnológica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP (PDI) – 2019-2023, em São Paulo, no período de 2000 a 2008 foram implantados diversos cursos voltados para a formação de tecnólogos, engenheiros e licenciados. (IFSP, 2019, p. 49)

A mudança para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 fortaleceu a pesquisa e extensão na instituição juntamente com o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico (IFSP, 2019, p. 53)

A instituição estudada surgiu com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, de ensino profissionalizante, inauguradas em 1909, para classes sociais desfavorecidas, com o objetivo de formar operários e contramestres para um ofício (IFSP, 2019).

Ao longo dos anos esta instituição se tornou uma autarquia e sofreu diversas modificações influenciadas pelas políticas públicas para a educação profissional técnica e tecnológica. As grandes fases de expansão da Rede Federal ocorreram entre 2005 e 2007. O Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, constitui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (Brasil, 2007).

Os Decretos nº 5.224 e nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, consolidaram o oferecimento dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais, por enquadrar a autarquia como instituição de ensino superior e deixar explícito na estrutura organizacional o oferecimento de cursos de licenciatura (CEFET, 2005, p. 8).

Os cursos de Formação de Professores, no IFSP começam a ser oferecidos em 2001, sendo o primeiro deles o de Licenciatura em Física. De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devido a necessidade de atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que trouxe como uma das finalidades do ensino médio, no artigo 35, “IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (CEFET, 2005)

Além de uma necessidade de atendimento a LDB, diversos estados do Brasil, inclusive de São Paulo, destacaram que havia uma grande carência de professores qualificados para lecionar Física, Química e Matemática, devido a um grande aumento de alunos matriculados no ensino médio que, de 1980 a 1999, saltou de 3.000.000 para 8.000.000 de alunos. (CEFET, 2005, p. 14)

Os cursos de licenciatura, anos mais tarde, foram reformulados, em princípio, para atendimento a mudanças na legislação (IFSP, 2019, p. 49). A Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, republicada com correções em 10 de fevereiro de 2020, define as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e estabelece que os cursos superiores de licenciatura terão carga horária total de no mínimo 3.200 horas com, no mínimo, quatro anos de duração.

Em 2019, os cursos de formação de professores oferecidos pelo IFSP foram: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia e Formação Pedagógica de Docentes, tendo estes dois últimos o oferecimento modalidade de Educação a Distância – EaD (Brasil, 2020).

O FENÔMENO DA EVASÃO: FONTES DOCUMENTAIS E DADOS

Este estudo tem como objetivo apresentar os índices de evasão nos cursos de formação de professores, nas modalidades presencial e a distância, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). A relevância ocorre por ser uma instituição pública de educação, subsidiada pelo Governo Federal, pela importância desta instituição para a qualificação de professores e por possuir taxas de evasão expressivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Art. 62 estabelece o curso de licenciatura como requisitos mínimo de formação docente para atuar na educação básica.

A evasão na educação superior começa a ser estudada pelo Ministério da Educação nos anos 1990. Em 1995 foi composta uma Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, com representantes de instituições públicas, sendo elas universidades federais, centros federais de educação e universidades estaduais. Já havia uma preocupação do MEC em relação ao alto número de evasão nas instituições públicas. A comissão deveria identificar as causas gerais e específicas do estudo sobre a evasão, bem como apresentar sugestão para reduzir os índices (Brasil, 1997, p.13). O estudo da evasão foi dividido pela Comissão, reconhecendo as limitações, da seguinte forma

evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (Brasil, 1997, p. 20).

A Comissão Especial para Estudo da Evasão identificou três causas predominantes para a evasão:

Uma delas relacionada aos estudantes, outra relacionada aos cursos e as instituições e, por último, as de ordem mais conjuntural, denominadas por Polydoro (2000) de ‘variáveis socioculturais e econômicas’. Esta última estaria relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais (MEC, 2014, p.16)

O documento levanta diversos fatores que contribuem para a evasão do estudante isoladamente ou interrelacionados. Os fatores individuais referem-se ao perfil do aluno e seu desempenho acadêmico. Os fatores internos à instituição estão relacionados à estrutura dos cursos, infraestrutura física e ao sistema acadêmico. Sobre os fatores externos, o documento oficial comenta a preocupação do aluno com o mercado de trabalho num país que passa por diversas crises econômicas. Além disso, a educação precária oferecida nos níveis de educação anteriores a universitária deve ser considerada no estudo da evasão.

Para Silva Filho *et al.* (2007), a evasão é um problema internacional dos sistemas educacionais. Os estudantes que iniciam e não concluem os cursos causam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. Desse modo, “No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico” (Silva Filho *et al.*, 2007, p. 642).

Conforme Dore e Lüscher (2011), a evasão pode se referir: à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da escola e posterior retorno; ou à não conclusão de um determinado nível de ensino.

Em 2014, o Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publicou um documento que tinha como objetivo orientar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) em relação à superação da evasão e retenção.

O “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal” teve como objetivo orientar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em relação à superação da evasão e retenção. Este documento definiu que no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), os termos “Desligado/Desistente”, se referem à situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso e “Evadido”, à situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso. (MEC/SETEC, 2014, p. 21)

No primeiro semestre de 2017, de acordo com o comunicado nº 005/2017 – DGC/SPO, de 17 de fevereiro, foram formadas Subcomissões de Permanência e Êxito no Campus São Paulo,

para compor a Comissão que irá “sistematizar os subsídios para planejamento e acompanhamento das ações de permanência e êxito dos estudantes, colaborando com o Plano Estratégico Institucional para enfrentamento da retenção e evasão” (IFSP, 2017).

Tabela 1 – Taxa de evasão anual em cursos de formação de professores no IFSP

	2017	2018	2019	2020	2021
Todos os cursos de licenciatura	16,6%	15,9%	15,6%	11,4%	8,2%
Física	25,3%	24,1%	21,8%	12,2%	8,6%
Geografia	4,3%	3,9%	12%	1,5%	3,0%
Ciências Biológicas	10,6%	8,3%	10,4%	11,0%	8,9%
Matemática	16,5%	20,1%	17,2%	15,6%	8,51%
Química	21,8%	19,3%	18,3%	7,2%	10,8%
Letras	14,3%	13,7%	13,4%	14%	11,6%
Letras - Língua Portuguesa	0,6%	5,4%	9,6%	5,1%	5,4%
Pedagogia	14,6%	5,6%	9,9%	9,9%	7,2%
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	12,8%	17,8%	18,3%	25,5%	27,6%
Licenciatura para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	não consta	não consta	não consta	11,9%	11,8%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha, BRASIL (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

Buscando encontrar evidências dos motivos que interferem na evasão nos cursos de formação docente no IFSP, consideramos relevantes as pesquisas a seguir:

A dissertação de Castilho (2019) identificou que o Programa de Assistência Estudantil (PAE) tem auxiliado os estudantes a concluírem o processo formativo. No entanto, um elevado número de estudantes não se inscreveu no Programa de Auxílio Permanência (PAP), sendo a porcentagem de evasão maior que a de participantes do programa. Buscando conhecer os motivos pelos quais os/as estudantes não se inscrevem, identificou-se que “para além da ineficiência dos meios de divulgação do programa, estão relacionados com as políticas pontuais de acesso, a evasão precoce, a naturalização das carências, alienação do conhecimento para apropriação e objetivação de bens e serviços, acrescido da responsabilização pessoal por problemas que são estruturais” (Castilho, 2019, p.10).

Em tese defendida por Silveira (2017) se buscou identificar as variáveis associadas à evasão dos estudantes para propor ações que superassem estas dificuldades. Como resultados, a autora esclarece que apesar das diferentes ações institucionais que buscam entender os motivos

da evasão na instituição, os resultados não foram satisfatórios. O IFSP ainda não possui um conhecimento sistematizado capaz de compreender os determinantes do fenômeno para que possa intervir. Ainda para a autora, a evasão precisa ser tratada como um problema de gestão institucional de forma que as lideranças guiem as políticas para o enfrentamento da evasão.

Também tratando da Assistência Estudantil, Mendonça (2015) pesquisou a aplicabilidade da Assistência Estudantil dentro IFSP, no campus Cubatão, garantido por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Governo Federal em 2010. A autora concluiu que o programa faz cumprir a lei maior, a Constituição Federal, que obriga os Estados a fornecerem estabelecimentos gratuitos de educação. Compreende também que o PNAES auxilia no direito de acesso e permanência dos educandos que possam estar em situação de vulnerabilidade social.

A dissertação de Daros (2014) teve como objetivo principal analisar as estratégias propostas e implantadas pela Assistência Estudantil para contenção da evasão escolar no IFSP. Os principais motivos de evasão escolar encontrados foram o trabalho, as dificuldades de aprendizado e o desinteresse dos estudantes pelos cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados estatísticos evidenciam que o número de alunos matriculados nos cursos de Pedagogia do IFSP, diminuiu até o ano de 2021. As ações de combate a evasão e permanência de estudantes, em especial a Assistência Estudantil, disponibilizada pela instituição, mesmo com os constantes cortes de verbas durante o período analisado, mostraram-se eficientes na contenção da evasão.

Os índices apresentados demonstram queda na evasão de todas as licenciaturas, com exceção do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, que possui um público diferente das demais licenciaturas, por ser oferecido para alunos que já possuem a graduação e têm interesse em obter a licenciatura, possivelmente para atuar como professor de uma disciplina específica. A desvalorização docente e os baixos salários destinados a esta carreira é uma hipótese para as desistências ocorridas neste curso. As dificuldades para acompanhamento dos cursos na área de exatas seria uma outra hipótese.

Acrescenta-se que o cenário configurado pela pandemia provocada pela Covid-19 desde 2020, indica que as Instituições de Educação Superiores consolidaram o ensino híbrido, por meio de uma série de estratégias: diferentes disciplinas oferecidas à distância; flexibilização da carga horária nos percursos formativos; materiais pedagógicos

disponibilizados por meio de plataformas; atendimento remoto por professores e/ou tutores para mediação em atividades práticas presenciais e/ou on-line ABED, 2021).

Sugerimos que novas pesquisas sejam desenvolvidas com o intuito de compreender melhor os motivos da evasão em cursos de formação de professores, de forma que possam auxiliar a gestão institucional nas ações de contenção da evasão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2020. Curitiba: InterSaberes, 2022.

BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2012**. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2018; 2019; 2020; 2021; 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/publicacoes-gerais>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Superior. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior pública**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: MEC,

2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

CASTILHO, D. G. **A política de assistência estudantil do IFSP - Campus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições**. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1263>. Acesso em: 3 out. 2023.

CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo). **Projeto do curso de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura em Física, de graduação plena**. São Paulo, 2005.

DAROS, M. A. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP, a evasão escolar e a atuação do Serviço Social: uma experiência em construção (2008-2013)**. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22881>. Acesso em: 3 out. 2023.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-789, 2011. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/73>. Acesso em: 3 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo). **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Comunicado 005/2017 – DGC/SPO – Subcomissão para Permanência e Êxito**. Disponível em: https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/INSTITUCIONAL/COMUNICADOS/DGC/2017/Comunicado_005_Comissao_Permanencia_e_Exito.PDF. Acesso em: 5 out. 2023.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2019**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 5 out. 2023.

MENDONÇA, G. de B. A. **O princípio da gratuidade ativa no programa de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – campus Cubatão**. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1532>. Acesso em: 3 out. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA FILHO, R. L. L. e; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. de C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132>. Acesso em: 5 out. 2023.

SILVEIRA, F. R. da. **A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia de São Paulo**: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330452>. Acesso em: 3 out. 2023.